

FISCO ■ DÍVIDA DOS CONTRIBUINTES ASCENDE A 14,6 MIL MILHÕES DE EUROS

# FMI quer incentivo para pagar dívidas

■ Dado o risco do aumento da evasão fiscal, o Fundo recomenda ao Governo que avance com medidas que permitam o pagamento voluntário



O FMI está preocupado com o impacto da crise económica no valor das receitas fiscais em 2013

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Fundo Monetário Internacional (FMI) quer que o Governo avance, no curto prazo, com medidas que promovam o pagamento voluntário de dívidas fiscais. Ontem, o secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, apresentou aos sindicatos do setor a proposta do novo código do trabalho em funções públicas, que prevê a redução do período de férias para 22 dias úteis.

A recomendação do FMI, que consta no relatório da sétima avaliação sobre o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) a Portugal, surge quando a dívida dos contribuintes ao Fisco atinge 14,6 mil mi-

lhões de euros. Partindo da constatação de que o enorme aumento de impostos e o agravamento da crise económica criam condições para o crescimento da evasão fiscal, o FMI considera “recomendável a adoção de iniciativas de curto prazo para promover o cumprimento voluntário [de dívidas fiscais], inclusive através de campanhas de comunicação e reuniões com as associações empresariais”.

O FMI recomenda ainda que o Governo reforce o controlo das atividades económicas mais propensas à evasão fiscal. O CM questionou o ministério lidera-

do por Vítor Gaspar, mas, até ao fecho desta edição, não obteve resposta. Para Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC), “o controlo fiscal está muito apertado”, mas “a Autoridade Tributária terá de ter uma nova estratégia para os contribuintes que não estão a cumprir”.

Em 2012, o Governo criou, no Orçamento do Estado, um Regime Excepcional de Regularização Tributária (RERT III) para elementos patrimoniais colocados no exterior. Com esta medida o Executivo obteve uma receita fiscal de 258 milhões de euros. ■

**Funcionários públicos vão passar a ter 22 dias úteis de férias**

## REAÇÕES

**ANA AVOILA**

Coordenadora da Frente Comum

“Novo Código vai tirar direitos”

“O Governo limitou-se a fazer uma apresentação genérica sobre o futuro Código do Trabalho da Função Pública. Reduziram o Código de 1200 para 400 artigos, o que quer dizer que vão retirar direitos.”



**NOBRE DOS SANTOS**

Coordenador da FESAP

“Esta reunião foi um não acontecimento”

“Esta reunião foi um não acontecimento. O Governo limitou-se a mostrar-nos ao longe um documento. Continuamos com dívidas e reservas relativamente à postura do Governo sobre os despedimentos.”



**HELENA RODRIGUES**

Vice-presidente do STE

“Prazo é curto para negociar”

“O secretário de Estado disse que aquele documento [sobre despedimentos] não existe, embora nós tenhamos apresentado o documento na reunião. O prazo é curto para negociar o Código do Trabalho.”

